



## BREVES REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DA IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DO “BRASIL GRANDE”

Alex Filipe Gomes dos Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

Perspectivas otimistas quanto ao futuro do Brasil foram projetadas em diversos momentos da história brasileira. Invariavelmente tais projeções fundaram-se mais na reiteração das mesmas do que propriamente em elementos concretos que as justificassem. O desenvolvimento do capitalismo do Brasil, sobretudo, a partir da década de 1950 propiciou perspectivas mais tangíveis em relação a este futuro opulento. O cenário do “milagre econômico” (1968 – 1974) se converteu, deste modo, em um cenário fértil para emersão deste discurso. As “obras faraônicas” promovidas pela ditadura militar – como, por exemplo, as rodovias Transamazônica e Perimetral Norte, as usinas de Itaipu, Tucuruí (hidrelétricas) e Angra (nuclear) e a ponte Rio-Niterói – foram apresentadas como símbolos do processo de modernização e de desenvolvimento econômico em curso no país, fatores sintetizados na retórica do “Brasil Grande”. Determinados projetos de intervenção estatal na Amazônia foram utilizados para promover tal retórica. Destarte, houve um intenso esforço propagandístico, tanto por parte dos veículos oficiais de comunicação, como pela imprensa, para reiterar e difundir o discurso do “Brasil Grande. Neste sentido, as reflexões aqui propostas se pautam na compreensão do papel da imprensa na apropriação e difusão da retórica do “Brasil Grande” e sua vinculação as ações de intervenção estatal em marcha na região amazônica no período entre 1968 e 1974.

**PALAVRAS-CHAVE:** “Brasil Grande”. Amazônia. Imaginário.

### 1 INTRODUÇÃO

A atuação dos militares durante o período ditatorial passou pela formulação de um projeto político-ideológico que pressupunha determinado padrão de desenvolvimento econômico para o Brasil e um *modus operandi* específico a ser exercido pelos governos militares que tinha como elemento central a Doutrina de Segurança Nacional.

Para Carlos Fico a Doutrina de Segurança Nacional se realizava em duas dimensões: Uma de caráter saneador que se fundava na “cura do organismo social” (FICO, 2004, p.39) –

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e mestrando em História e Estudos Culturais pela UNIR. E-mail: [alexfilipegs@gmail.com](mailto:alexfilipegs@gmail.com)



mais especificamente no combate a subversão comunista – por intermédio de mecanismo como a censura, a espionagem e a polícia política. E outra de caráter pedagógico, onde organismos como a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) veiculavam propagandas que pretendiam instituir determinados valores morais, cívicos e familiares na sociedade brasileira assim como criar um ambiente e uma perspectiva otimista sobre a condição do país.

No âmbito deste trabalho, nos interessa especificamente a dimensão pedagógica, problematizando a ação da AERP na construção de uma leitura otimista do Brasil, sintetizada na retórica do “Brasil Grande”. Contudo, a noção do “Brasil Grande”, amplamente veiculada durante o governo Médici, não foi difundida estritamente pelos veículos oficiais de comunicação, mas também por determinados segmentos da imprensa brasileira.

As reflexões aqui desenvolvidas se pautam, portanto, na compreensão do papel da imprensa na apropriação e difusão da retórica do “Brasil Grande” e, mais especificamente, a vinculação deste discurso às ações de intervenção estatal em marcha na região amazônica no período entre 1968 e 1974.

Em tempo, é importante ressaltar que as reflexões aqui propostas são as formulações iniciais de um projeto de pesquisa mais amplo denominado “As representações da Amazônia nas páginas de *Veja* (1969-1974)”, que se encontra atualmente em fase de desenvolvimento no Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia.

## 2 A AMAZÔNIA E O “BRASIL GRANDE”

A presença do motivo edênico no imaginário social brasileiro remete aos primórdios da chegada dos europeus no território brasileiro, da carta de Caminha ao romantismo de Gonçalves Dias (CARVALHO, 1998), a exaltação das potencialidades brasileiras foi usada em diversos momentos como fundamento para a promoção de perspectivas otimistas quanto ao futuro do país e a sua projeção enquanto potência mundial. Recorrentemente, a afirmação destes discursos fundou-se mais na reiteração das mesmas do que propriamente em elementos concretos que as justificassem.

Contudo, a partir dos anos 1940, o progressivo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro passou a chamar a atenção de observadores brasileiros e estrangeiros que “notando a abundância de recursos de quase todo o tipo, previam brilhante futuro para o maior país da América Latina” (SKIDMORE, 1994, p.31). Assim, a partir deste período, este amanhã grandioso passou a fundamentar-se mais em elementos concretos, no progresso material do país – níveis de crescimento econômico, realização de obras de infraestrutura, desenvolvimento científico, industrial e tecnológico etc. –, do que no enaltecimento das exuberâncias naturais brasileiras e em uma suposta predisposição do Brasil à grandeza.

Nesta seara, o aprofundamento do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil nos anos 1950 propiciou a construção de um cenário otimista e esperançoso para determinadas frações do povo brasileiro, sobretudo, durante a vigência do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), marcado no imaginário social brasileiro como os “Anos Dourados”.

Segundo Carlos Fico, tais perspectivas positivas sobre o futuro sempre retornam em períodos de estabilidade política e/ou econômica, não por atuarem como instrumentalizações ideológicas, mas, sobretudo, por fundarem-se num imaginário secular (FICO, 1997, p.77).

O panorama de certa “prosperidade” produzido pelo “milagre econômico<sup>2</sup>” durante o governo Médici (1969-1974) transformou-se, portanto, num contexto extremamente propício para o afloramento do discurso do “Brasil grande”. Neste cenário, mais do que uma especulação otimista sobre o futuro do país, “a vocação de grandeza do Brasil seria justificada facilmente pelos dados ao redor, pela dimensão concreta, natural, do país; não era uma utopia” (FICO, 1997, p.77).

A ditadura civil-militar apropriou-se de elementos como o triunfo da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, os níveis de desenvolvimento econômico e da execução de grandes obras como a ponte Rio-Niterói, as usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, usina nuclear de Angra dos Reis e a rodovias como a Transamazônica e a Perimetral-Norte para, por intermédio de sua propaganda ufanista, criar um ambiente que evidenciasse o desenvolvimento e o progresso brasileiro e, assim, fortalecer a imagem do “Brasil grande”.

---

<sup>2</sup> De acordo com Mendonça (2012), o período compreendido entre 1968 e 1974 ficou conhecido como “milagre econômico” devido as taxas recordes de crescimento econômico que variaram entre 9 e 10 % ao ano, e teve como sua essência a garantia de “lucros faraônicos” às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras).



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Neste viés, os programas de intervenção estatal na Amazônia durante este período, também se apresentavam como “ideais para a campanha triunfalista de relações públicas do governo que exaltava a ‘grandeza’ do Brasil e seu inexorável salto para o status de potência mundial” (SKIDMORE, 1988, p.293). Desta maneira, as ações executadas pelos militares na região amazônica eram expostas como símbolos do processo de modernização e de desenvolvimento em curso no país.

Rodovias como a Transamazônica, Perimetral Norte e a Cuiabá-Santarém representavam o processo de *conquista* do setentrão brasileiro promovido pelos militares. O discurso oficial reproduzia a ideia de que o processo de *abertura* da Amazônia permitiria ao país incorporar às suas reservas uma grande quantidade de recursos naturais, conforme expôs Garrastazu Médici em mensagem ao Congresso Nacional em 1972:

Com a utilização de todos os recursos financeiros disponíveis, com o emprego de largo contingente de recursos humanos, com o apelo do pioneirismo de nossa gente, continuou-se, em grande escala, o processo de incorporação à economia brasileira de grandes porções do território pátrio, ou totalmente inexploradas ou não aproveitadas convenientemente, ampliando-se destarte as nossas fronteiras sociais. Dentro de um mundo que se diz finito, porquanto nele já não existe território vazio da jurisdição de soberania nacional, processa-se, pois, entre nós, com entusiasmo, um como o redescobrimento do Brasil, cujo espaço útil se alarga, dessa maneira, para ser fecundado, em proveito da comunidade, pela nossa energia criadora. A par disso, em face de um mundo que já se inquieta com a eventual exaustão dos recursos naturais, cresce, a cada passo, por via do vigente sistema de pesquisa, montando em bases racionais e eficazes, o inventário das riquezas do nosso subsolo, prenunciando-se, nesse campo, a existência de reservas que autorizam se nutra a expectativa de posição privilegiada, capaz de incutir justificada confiança e tranquilidade quanto ao futuro (MÉDICI, 1972, p.7-8).

Todavia, a utilização dos projetos de intervenção estatal na Amazônia para a promoção da representação do “Brasil grande” não foi difundida estritamente pelos veículos de propaganda institucionais do governo. O governo Médici, conforme Martins (1999, p.74) fez uso recorrente dos meios de comunicação privados para divulgar suas ações e produzir junto à sociedade uma imagem “positiva” de si, ao mesmo tempo em que utilizava o mecanismo da censura para reprimir qualquer opinião que divergisse da retórica do “Brasil Grande”.

Em sua maioria, os meios de comunicação compartilhavam com o regime na fase áurea do milagre econômico brasileiro, sua proposta político-econômica excludente. O governo exercia forte controle sobre esses meios de comunicação que tendiam,



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

obviamente, a apoiá-lo. Através de uma política de concessão de licenças ou registros para atuação de emissoras de televisão, jornais, revistas etc., o governo criava uma espécie de vínculo político que, de certa, forma, convertia o apoio inicial do Estado aos donos das empresas de comunicação em dividendos políticos, criando uma poderosa infraestrutura no nível da propaganda ideológica (MARTINS, 1999, p.15).

As revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, por exemplo, contribuíram significativamente na exposição de representações que vinculassem a Transamazônica à ideia do “Brasil Grande” (MENEZES, 2007, p.98).

Outro importante periódico do período, a revista *Veja*, também contribuiu com a difusão e cristalização no imaginário social brasileiro de representações do “Brasil Grande” vinculados à Amazônia, como na reportagem “Canaã amazônica”, do exemplar do dia 7 de outubro de 1970:

As incalculáveis riquezas que o ufanismo brasileiro distribuiu generosamente pela Amazônia permanecem, de modo geral, incalculadas até hoje. Ao contrário dos antigos piratas, de pernas de pau e olhos vedados, nossos ufanistas não cuidaram, ao enterrar seus fantásticos tesouros amazônicos, de preparar mapas enigmáticos, que, no futuro, conduzissem aventureiros de sorte à fortuna e a felicidade. Na falta de roteiros miraculosos, só o trabalho metódico e paciente fará conhecida as riquezas da região. Quando escolheu esse caminho para descoberta dos incríveis tesouros amazônicos, contudo, o presidente Emílio Garrastazu Médici certamente não supunha que os resultados comesçassem a ser colhidos tão depressa (CANAA, 1970, p.24).

O título da reportagem, “Canaã amazônica” – em referência a Canaã bíblica, a “terra da fartura”, onde “corre leite e mel” –, é demonstrativo da perspectiva que se projetava sobre a região. A construção no imaginário popular dessas representações edênicas sobre a Amazônia, por sua vez, remete as narrativas dos primeiros expedicionários, cronistas e viajantes europeus na região. Nesses escritos, foram recorrentes as menções a fauna, a flora e os recursos minerais amazônicos bem como a vinculação da região aos locais das histórias bíblicas, de forma que estes elementos também foram constitutivos da construção desse imaginário (GONDIM, 1994).

A potencial apropriação das riquezas amazônicas, desde o período colonial, resultou em projeções otimistas sobre o futuro econômico do Brasil ou de seus extratores. Ocorre, por sua vez, que a Amazônia conforme destacou Hardman (2005, p.120), desde pelo menos a *Viagem Philosophica* de Alexandre Rodrigues Ferreira no último quartel do século XVIII, foi



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

sendo construída enquanto um mundo inacabado, excluída da temporalidade histórica e com as populações que ali habitavam imersas numa paralisia completa (CUNHA, 2000) totalmente desprovidas dos elementos inerentes a uma sociedade *civilizada*.

Este isolamento da região amazônica seja ele no aspecto econômico, físico ou cultural contribuiu para que se reforçasse uma visão folclorizante e primitivista sobre ela (LOUREIRO, 2001). Neste sentido, o prelúdio de uma intervenção estatal mais efetiva na Amazônia a partir dos anos 1940 propiciou perspectivas mais tangíveis sobre a apropriação dos recursos amazônicos, justamente por inserir na região símbolos progressistas e civilizadores, como ressaltou Leandro Tocantins no início da década de 1960: “Desse modo, a Amazônia poderá atingir condições de cultura e de potencialidade econômica que assegurarão ao País maior relevo no quadro universal” (TOCANTINS, 1960, p.239).

Neste sentido, o trabalho *metódico, sistemático e racional* coordenado pelos militares no processo *desbravamento* da Amazônia seria, finalmente, o elemento que promoveria a incorporação das inúmeras riquezas amazônicas ao patrimônio nacional sendo, portanto, comumente exaltado pela imprensa brasileira como na reportagem “Transamazônica, mais um milhão de km<sup>2</sup> de riquezas” do periódico paulistano *Folha de São Paulo* que enalteceu o trabalho promovido na região e a condição distinta em que o país seria projetado em virtude deste (TRANSAMAZÔNICA, 1970, p.6).

A propaganda difundida sobre a Amazônia tanto pelos veículos de comunicação oficiais quanto pela imprensa possuía um duplo objetivo: legitimar as ações do governo e produzir uma imagem da Amazônia que favorecesse a atração de um fluxo de indivíduos e capitais que oportunizasse a concretização das metas geopolíticas e econômicas dos militares para a região. Por um lado, as ações intervencionistas do governo Médici no espaço amazônico objetivavam dinamizar as atividades econômicas da região e promover a abertura da Amazônia à propagação extensiva do capitalismo e *efetivamente* integrar a região ao restante do país assegurando a soberania nacional da região, tanto no aspecto militar como no aspecto econômico.

No que tange ao aspecto geopolítico, a instrumentalização da associação da temática do “Brasil grande” aos projetos na Amazônia tornou-se extremamente pertinente aos interesses dos militares na região, tendo em vista que a retórica do “Brasil grande” é fruto de



# Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

“uma tradição secular do imaginário social brasileiro e do pensamento militar brasileiro, traduzido na produção geopolítica nacional datada desde o início do século XX” (MENEZES, 2007, p.53).

Nesta perspectiva, portanto, os veículos de comunicação por serem amplamente dotados de capital simbólico constituíram-se num espaço privilegiado de difusão de ideias, valores, opiniões etc., e, altamente utilizados, para difundir as representações, imagens e sentidos sobre a Amazônia que estivessem intimamente ligados aos interesses governamentais bem como dos grupos econômicos encastelados ao Estado.

Por fim, percebe-se que a vinculação da Amazônia à retórica do “Brasil grande” funcionava como um mecanismo não apenas de dissuasão da realidade política conflituosa daqueles idos, uma vez que projetava um panorama esperançoso sobre a condição político-econômica do país, mas também como um mecanismo de legitimação das ações de intervenção estatal na região amazônica.

### 3 CONCLUSÃO

Os veículos de comunicação são importantes agentes políticos devido às suas capacidades de intervenção na sociedade e, por isso, podem servir como mecanismos eficazes para promoção e difusão de interesses e objetivos relacionados às conveniências dos grupos político-econômicos dominantes.

O contexto político de censório e de repressão durante a ditadura civil-militar favoreceu o controle dos meios de comunicação por parte dos militares, ainda que determinados segmentos da imprensa deliberadamente adotaram posicionamentos favoráveis ao projeto político-ideológico da ditadura civil-militar, especialmente nas pautas de caráter econômico. Nesta seara, pode-se afirmar que parte da imprensa brasileira foi extremamente importante para expor e legitimar os valores e projetos políticos construídos pelos governos militares.

A partir da análise dos discursos sobre a temática “Brasil Grande” – e sua vinculação aos projetos estatais em curso na Amazônia – na imprensa brasileira, é possível perceber que os mesmos estiveram extremamente imbuídos de conteúdos ideológicos. Ao investigar a



historicidade da produção e veiculação destes discursos percebemos uma longa tradição secular fundada no imaginário social brasileiro e, sobretudo, os interesses ideológicos, geopolíticos, econômicos engendrados em sua produção.

### REFERÊNCIAS

CANAÃ amazônica. **Veja**, São Paulo, Edição n.109, p.24-25, 7. out. 1970. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx>>. Acesso em: 07. out. 2016.

CARVALHO, José Murilo. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p.63-80, 1998.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.34, nº47, p.29-60, 2004.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. **O trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras, 2001.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura militar e propaganda política**: A revista Manchete durante o governo Médici. 1999, 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Mensagem ao Congresso Nacional**: apresentada pelo presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1972, 1972. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1353/>>. Acesso em 25. out. 2016.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3ªEd., Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. 2007, 147 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília.





Revista  
Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia – Natureza, Homem e Tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

TRANSAMAZÔNICA, mais um milhão de km<sup>2</sup> de riquezas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Edição n. 109, p.6, 12. jul. 1970. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=coloniza%C3%A7%C3%A3o&site=fsp&periodo=acervo&x=0&y=0>>. Acesso em: 07. out. 2016.